

O CENTRO ACADÊMICO DAS FACULDADES DE SÃO BENTO DE OLINDA: 1918–1936¹

DENIZE SIQUEIRA DA SILVA

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, Pernambuco.

RESUMO

O CENTRO ACADÊMICO DAS FACULDADES DE SÃO BENTO DE OLINDA: 1918–1936

O presente estudo tem por objetivo revisitar o Centro Acadêmico de Agricultura de São Bento (1918–1936) a partir de experiências vivenciadas nesse suporte educativo, utilizado como instrumento político para (re) significar a agricultura regional segundo anseios republicanos e eclesiásticos nas primeiras décadas do século XX. Nesse artigo, não realizamos uma coleta de dados quantitativos para aferição do alcance e eficácia que subsidiasse uma avaliação do conhecimento agropecuário formal dos acadêmicos das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento de Olinda. Propomos, sim, situar historicamente o processo por meio da análise documental e da bibliografia existente sobre o tema. Dessa maneira, oferecer à historiografia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, por meio desse periódico, um referencial para a construção de sua historicidade e identidade, tendo em vista que, quando questionamos a preservação inserida na dinâmica do movimento da história, chega-se a um melhor entendimento de como se costura a cultura histórica.

Termos para indexação: patrimônio cultural, memória, cotidiano.

ABSTRACT

ACADEMIC CENTER OF AGRICULTURE OF SÃO BENTO (1918–1936)

This study aims to revisit the Academic Center of Agriculture of São Bento (1918–1936), from experiences on this aducational support used as a political instrument for (re)defining the regional agriculture according to republican

¹ Esse artigo foi retirado e adaptado para esse periódico do trabalho de pesquisa realizado por SILVA, Denize Siqueira. Tecendo Memórias: linhas e entrelinhas da trajetória da Universidade Federal Rural de Pernambuco (1912–1936). Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010. Dissertação de Mestrado orientada pela Profa. Dra. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida. E-mail: denise.siqueira@ta.ufrpe.br.

and ecclesiastical expectations in the first decades of the twentieth century. In this article, we did not perform a quantitative data collection to measure the reach and effectiveness that would subsidize an assessment of agricultural knowledge of the students from the Olinda Schools of Agriculture and Veterinary Medicine of São Bento. We propose, rather, to situate historically the process, through documentary and literature analysis about the subject. Thus, offering the historiography of the Rural Federal University of Pernambuco, through this journal, a reference to the construction of its history and identity, considering that, when we question the preservation inserted in the dynamic of History movement, we get to a better understanding of how to seam the historic culture.

Index terms: cultural heritage, memory and everyday

1. INTRODUÇÃO

O estudo da memória acerca da criação dos cursos de ensino superior agropecuário no Brasil tem sido considerado, de modo crescente, como um importante foco de investigação para pesquisadores que transitam por vários campos do conhecimento, os quais possibilitam um conhecimento alargado de espaços escolares, sobretudo, do cenário político–institucional nas primeiras décadas do século XX. Em linhas gerais, as análises apresentam o processo de organização desse ensino, acordando as necessidades regionais, bem como aspectos do percurso profissional, administrativo e político de seus grupos originais.

Com o objetivo de compreender práticas escolares das Faculdades de São Bento de Olinda, 1912–1936, voltadas para o ensino superior agropecuário local, optamos em privilegiar a memória do Centro Acadêmico de Agricultura e Medicina Veterinária, 1918–1936, por meio de projetos idealizados por alunos e professores no âmbito desse órgão. Nessa perspectiva, acreditamos que revisitar um universo multifacetado que se mostra por meio de reuniões, projetos, aulas e festas é mais que resgatar práticas cotidianas, modos de saber fazer, é penetrar no imaginário dos personagens que escreveram as primeiras linhas da história do ensino agropecuário na região.

Nesse sentido, partimos de uma visão culturalista da história, de forma integrada e interacionista, procurando, segundo Albuquerque Jr. (2007), demarcar a nossa diferença, ao trazer novos subsídios à historiografia regional, particularmente, aos estudos das Instituições de Ensino Superior, dedicadas às Ciências Agrárias. De acordo com Chartier (1990), a trajetória de uma instituição de ensino ganha visibilidade a partir do desvendar do seu universo.

Isso requer o reconhecimento de um mundo, a portas fechadas, escondido, fugaz. Logo, a reflexão nos remete a uma leitura criteriosa, com o compromisso de repensar as histórias do Centro Acadêmico, adentrando nos espaços vividos, nas experiências, a afirmação dos valores construídos que revelam uma configuração de memórias e silenciamentos. Nesse sentido, a proposta teórico–metodológica de análise desse artigo insere–se no método prosopográfico, que tem por base o estudo das biografias coletivas das elites, orienta–se pela busca das regularidades, dos sinais comuns, dos condicionamentos sociais e culturais na história de homens e coletividades, buscando perscrutar a complexidade do social.

Para fundamentar essa opção, buscamos a produção historiográfica relacionada à memória e ao patrimônio de instituições superiores de ensino e pesquisa. Nesse contexto, destacamos os trabalhos realizados por Ataíde de Almeida². O primeiro, voltado para a memória da Fundação de Amparo à Pesquisa em Pernambuco – FACEPE, quando a Instituição fez 15 anos, onde mapeia os gestores trabalhando com o aporte de memória e intelectuais. O segundo, sobre a UFRPE, quando dos aniversários de 87 e 90 anos. Nesse último, a historiadora faz uma análise da trajetória das Escolas Superiores de São Bento, desde sua criação até 1964, relacionando as imbricações entre os momentos críticos vividos na conjuntura brasileira e a atuação desta.

Teses, dissertações e artigos também se utilizam dessa temática, como, por exemplo, a pesquisa de Castelo Branco (2006) sobre o Piauí, abordando cotidiano e memória do Colégio Agrícola de Teresina, no período de 50 a 70 do século XX; tendo como *locus* de pesquisa a cidade de João Pessoa, na Paraíba. Destacamos os trabalhos de Targino (2007), o qual, a partir das cartilhas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, analisa a experiência de educação patrimonial na cidade entre os anos de 1980 a 2003; Scocuglia (2003), em tese de doutoramento, aborda o patrimônio histórico de João Pessoa, no período de 1987 a 2002, e Heinz (2009), em artigo intitulado “Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896–1930)”. De acordo com a nossa proposta de análise, as obras de autores como Jacques Le Goff, Ecléa Bosi, Maurice Halbwaches e Michel Foucault constituem nosso lugar de reflexão.

Assim, partimos da idéia de que as relações de poder, fundamentalmente, não se passam nem ao nível do direito, nem da violência, não definimos poder como

² ALMEIDA, Maria das Graças A. Ataíde de & CABRAL, Fátima. FACEPE 15 anos. FACEPE: Recife, 2005.

algo que nega ou impõe limites, mas um poder possuidor da eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. Nessa perspectiva, a opção pelas elites é aqui, antes de tudo, uma solução de escala, uma chave metodológica para, por meio do método das biografias e da memória coletiva, perscrutar a complexidade do social.

Sobre a memória enquanto fonte histórica, os estudos de Bosi (1985) corroboram com a discussão, quando afirma que a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções mediadas, como também empurra, desloca estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência.

Sendo assim, a memória é responsável pela conservação das experiências, levando-nos a reinventar o já vivido no Centro Acadêmico das Faculdades de São Bento, possibilitando-nos recompor o passado, do marco da intelectualidade pernambucana, no que se refere ao ensino agropecuário. Lembramos aqui Halbwachs (2006), quando faz distinção entre memória histórica, de um lado, que supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado, e memória coletiva, de outro, aquela que recompõe magicamente o passado.

Entre essas duas direções da consciência coletiva e individual, desenvolvem-se as diversas formas de memórias, cujas formas mudam conforme os objetivos que elas implicam. Para Le Goff (1996) o estudo da memória não é exclusividade da História, mas também da Antropologia, da Psicologia e da Educação, porém, ela ganha um significado especial para os historiadores, para quem o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história.

Nessa perspectiva, a memória tem a função de estabelecer ligações essenciais entre os sujeitos e o meio no qual vivenciam as experiências. Partindo da construção de um pensamento sobre o Centro Acadêmico, a partir de fios de memórias, é possível conhecer as relações de sociabilidades que se travaram naquele ambiente e a importância dessas para a trajetória escolar da Instituição.

Nossos atores históricos, defensores de projetos direcionados para a causa agrícola em Pernambuco, são caracterizados como parte da elite agrária regional (Martins, 2008) que atuaram discursivamente na região, expandindo seu ideário e suas concepções de educação. Nessa perspectiva, buscamos trabalhos de cronistas e memorialistas do período, esses na sua maioria ex-alunos das Escolas Superiores de São Bento, somados a historiografia de época, sobretudo, os estudos de Manuel

Correia de Andrade, Souza Barros, Peter Eisenberg e Robert Levine, com quais dialogamos sobre contexto político–social e econômico da região.

Em seu ensaio “Histórias das usinas de açúcar em Pernambuco”, Andrade (1989) faz uma reflexão sobre o processo econômico e social regional, o qual dominava o setor econômico açucareiro desde o período colonial. Nessa linha, o autor procurou trazer uma análise histórica das transformações dos velhos bangüês em usinas, perpassando as experiências dos meios aparelhos e dos engenhos centrais. Em suas análises, propôs observar e caracterizar as mudanças que tal processo imprimiu na organização do espaço regional.

Com a obra “A década de 20 e Pernambuco”, de Barros (1985), ampliamos a compreensão da relação entre os aspectos econômicos e sociopolíticos do espaço pernambucano, o autor analisa os quadros da política regional, os primeiros sinais da indústria urbana, também discorre sobre as transformações ocorridas através do processo de modernização. Dessa maneira, apresenta um estudo alargado sobre aspectos culturais da região, principalmente a diversificação do ensino superior, com o aparecimento de novas faculdades e seus reflexos na sociedade.

Já Eisenberg (1977), em suas análises, faz um estudo de caso significativo sobre a economia de lavoura de exportação, cana–de–açúcar. Sua obra tem contribuído para debates relevantes em várias áreas do conhecimento na academia. O autor faz uma reflexão sobre os setores que atingiram a indústria açucareira, principalmente no período compreendido entre as seis últimas décadas do século XIX e a primeira do século XX, debruçando–se sobre a problemática da modernização industrial e das transformações no sistema das relações de trabalho. Com essa proposta de pesquisa, seus argumentos não podem ser ignorados nesse artigo.

Para reforçar nossa discussão historiográfica, buscamos Levine (1980), com seu livro “Pernambuco na federação brasileira 1889–1937: a velha usina”. Objetivando analisar uma história comparativa do ponto de vista regional, apontando semelhanças e diferenças entre estados da federação brasileira, como Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais, o autor apresenta uma visão global dos setores político e econômico da sociedade local do começo da Primeira República à instauração do Estado Novo. Assim, esse trabalho traz importantes dados, principalmente interpretações sobre as elites políticas, os sistemas fiscais e a integração social.

Dessa maneira, a discussão da historiografia local nos permite refletir sobre as particularidades de fatos históricos a partir de avaliações determinadas pelos componentes de permanências e rupturas universais do processo histórico, haja vista

que tais acontecimentos são momentos particulares que podem decifrar lacunas nos estudos da História oficial, que muitas vezes torna-se generalizante, englobando os fatos de grandes eixos político-sociais como modelo para desenrolá-los na história em todos os seus âmbitos, sobretudo o cultural.

Para tecer o memorial de Centro Acadêmico, transitamos por diversos campos do conhecimento, entrecruzando documentos/monumentos com o cotidiano escolar. Sob a orientação de Chartier (1990), para quem a história tal como a entendemos tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.

Uma vez que o ofício do historiador está intimamente ligado ao processo de construção, de constituição de uma realidade observável, ou seja, ir ao encontro das questões de uma época, a história se faz como resposta às perguntas e questões formuladas pelos homens em todos os tempos. “Ela é sempre uma explicação sobre o mundo, reescrita ao longo das gerações que elaboram novas indagações e novos projetos para o presente e para o futuro, por meio da qual reinventam continuamente o passado” Pesavento (2003).

Por esse viés, demos início às histórias do Centro Acadêmico. As imbricações contidas nesse fato nos permitem falar de uma memória coletiva, que, ao se construir, estabeleceu um sentimento de pertencimento entre os personagens que conviveram no mesmo espaço, de modo a perceber como alunos, professores e funcionários buscaram arquitetar os quadros de memória no ambiente em que estavam inseridos.

Um mergulho na memória

Assim, nos desvã dos arquivos, reviramos as páginas do periódico denominado “Revista Agrícola – Veterinária do Centro Acadêmico de São Bento”, editado trimestralmente pelas Faculdades de São Bento de Olinda-PE. Além de publicarem suas pesquisas, professores e alunos escreviam sobre educação, higiene, ética, direitos e deveres, cidadania, política, economia, agricultura, entre outros assuntos pertinentes ao contexto político-cultural. A proposta de trabalho desse órgão pautava-se em elaboração e execução de projetos, dos quais a educação formal de trabalhadores rurais, ensinando-lhes, principalmente, conhecimentos agropecuários com embasamento teórico e prático, compromisso profissional despertado cotidianamente nos acadêmicos pelos administradores das referidas Escolas.

Estes deveriam repassar o conhecimento recebido para aqueles que não tinham

oportunidades de ingressar numa faculdade, bem como orientar os funcionários de suas propriedades. Contudo, a partir desse evento, as relações de sociabilidades voltaram a ficar estremecidas entre a Ordem Beneditina, o Estado e lideranças políticas da região. Naquele contexto de grandes conflitos sociais³, jovens e trabalhadores rurais politizados, conscientes de seus deveres, principalmente seus direitos, não era um fato interessante para os donos do poder. Além do mais, identificamos, nesse processo, refugiados da Grande Guerra (1914–1818) habitando espaços do Engenho de São Bento, propriedade dos beneditinos de Olinda, entre os quais os alemães Oto Moneke, construtor e mestre de oficinas e Henrique Tross, o ferreiro, ambos trabalhavam na construção e manutenção da Escola Superior de Agricultura.

Foi nesse contexto que nasceu o Centro Acadêmico de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento. Comparado aos Diretórios Acadêmicos da atualidade, esse órgão tinha uma representatividade social relevante para o contexto histórico da época. Como toda organização instituída possuía regimento próprio e uma diretoria, a primeira formada pelo presidente, na ocasião, o diretor geral das Escolas, D. Pedro Roeser; primeiro secretário, Joaquim Maurício Wanderley Filho; segundo secretário, Raul de Barros Moreira; um tesoureiro, Christiano Carneiro Dias Vieira; um orador, Paulo Alpheu de Miranda Henriques; um bibliotecário, José Galvão de Mello, com poderes para aprovar ou reprovado projetos apresentados por grupos sociais, sobretudo os acadêmicos.

Segundo seu estatuto, esse espaço escolar foi criado “para defender e proteger os interesses das nossas Escolas e de seus acadêmicos; concorrer para o desenvolvimento intelectual e moral; em particular da sua turma e em geral da coletividade acadêmica pernambucana”. Para tanto, dispunha de uma sede própria, onde eram realizadas reuniões mensais com personagens de diversos segmentos da sociedade, contudo, o público alvo era “os matutos –, trabalhadores rurais” (Livro de Relatórios das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento: 1913–1922. Terceiro e Quarto Relatório: 1917–1918).

³ Compreendemos que toda ação social, política ou econômica de ruptura da ordem institucional afigura-se, pelo sinal de mudança, algo que vem complementar e contemporizar uma nova conduta existencial nas relações dos grupos ou das pessoas envolvidas no acontecimento registrado pela história. Assim, no primeiro decênio do século XX, em Pernambuco ocorreu uma grande insurgência popular alimentada pela vontade de “radical” de mudança entre dantistas, seguidores do partido liderado pelo general Dantas Barreto; e rosistas, seguidores do partido liderado pelo conselheiro Rosa e Silva. Havia assim, dois pólos, sociais e políticos envolvidos na luta, um com perfil oligárquico, outro com perfil oposicionista. Indicamos para leitura, conferir ANJOS, João Alfredo dos. *A Revolução Pernambucana de 1911: movimento popular liderado pelo general Dantas Barreto contra a oligarquia do conselheiro Rosa e Silva*. Recife: Fundação Cultura da Cidade do Recife, 2009.

Relacionamos quinze biografias coletivas, nas quais encontramos ressalvas ao referido Centro, enfatizando, principalmente, a atuação dessa organização sobre problemáticas que envolviam o desenvolvimento econômico da região. Dessa maneira, não podíamos deixar de mencionar o discurso antagônico do poder proferido por Joaquim Maurício Wanderley Filho, primeiro secretário do Centro Acadêmico e Ignácio Barros Barreto, proprietário da Usina do Meio da Várzea “compreendem a importância, necessidade e salutareas consequências dessas reuniões?... repugnantel... edificante!!... ensinando–lhes os deveres e direitos de brasileiro,... inculcando–lhes os princípios higiênicos e agronômicos... a moral... combatendo–lhes o alcoolismo, a indolência proveniente do deplorável ambiente em que vivem...” (*Idem*).

Todas essas orientações eram vivenciadas por meio de conferências, palestras, representações teatrais, projeções luminosas, maneiras que atraísse, impressionasse e despertasse aqueles sujeitos. Assim, a experiência das primeiras turmas possibilitou aos alunos a apropriação do lugar e dos espaços escolares, podemos dizer que esses acadêmicos moldaram não só as Escolas Superiores e seus cursos, mas, também, o meio social onde atuavam. Romperam barreiras e fundamentaram a importância de suas profissões para a sociedade regional.

É importante ressaltar que, no período em análise, os órgãos de fomento voltados para causa rural no País, sobretudo em Pernambuco, eram tidos como o primo segundo das faculdades de Direito e Medicina, apesar do discurso moderno da intelectualidade local se voltar, também, para a causa agrícola. Para Foucault (2002), “o momento histórico das disciplinas é o momento que nasce uma arte do corpo humano, que tem por objetivo aumentar as suas habilidades, aprofundar sua sujeição, estabelecer uma relação onde esse corpo ao mesmo tempo se torne mais obediente e mais útil, extraindo desse corpo o máximo possível de energia e canalizando–a para a eficácia de uma maior produtividade”.

Assim, driblando o jogo antagônico do poder, esse espaço escolar aprovou vários projetos que reforçam o papel social desempenhado por essas Instituições de Ensino para a sociedade local, entre os quais “criou e regulou o funcionamento da Escola Noturna D. Pedro Roeser, destinada a difundir a instrução entre os filhos dos trabalhadores rurais tão desprotegidos e dela sequiosos. Segundo seus idealizadores “o nome a que é consagrada é uma justa homenagem ao Exmo. Revmo. Snr. Presidente Honorário é um brado de gratidão pela obra de patriotismo que o Snr. tem prestado ao Brasil. A fundação da Escola Noturna já tem cabalmente demonstrado seu alcance, esta foi sugerida pelo agronomando Alfredo Gomes Coelho “de identidade

paraibana” (Terceiro e Quarto Relatório: 1917–1918).

Para manutenção da Escola Noturna D. Pedro Roeser, o Centro Acadêmico apresentou outro projeto, instituindo e regulando a “Caixa Escolar D. Amaro Bodenmüller” (*Ibid.*), que foi aprovado juntamente com a decisão em adaptar como oficial a Arquiconfraria do Coração Eucarístico de Jesus, da qual faziam parte os sócios do referido Centro que se inscrevessem voluntariamente. Não podemos esquecer que havia um desejo latente de (re)significar à agricultura para além das fronteiras regionais. Logo, era necessário colocar em prática todas as ferramentas disponíveis para realizar os anseios ora republicanos, ora eclesiásticos.

Nesse sentido, identificamos D. Pedro Roeser, diretor geral das Escolas, e D. Bento Pickel, diretor da Escola de Agricultura, como personagens totalmente envolvidos com os ideais republicanos, fato que acentuou a insatisfação entre os monges. Na ótica de alguns clérigos, o Abade tinha, de certa forma, esquecido alguns princípios da Regra do Pai São Bento. Ao criar com o apoio do Centro Acadêmico “o Tiro Acadêmico São Bento” alegando que “essa medida foi de máximo alcance para a questão disciplinar das nossas Escolas” (*Idem.*). Com esse discurso e sob a orientação do Primeiro Sargento Francisco Sabino da Silva, instrutor do referido Tiro, os exercícios militares e de tiros ao alvo foram realizados com regularidade, obedecendo ao regulamento dos Tiros de Guerra.

De acordo com as fontes documentais “às duas horas sacrificadas diariamente aos exercícios militares não prejudicaram absolutamente os estudos ou a disciplina escolar, pelo contrário, além das vantagens corporais e dos sentimentos são de patriotismo que os acadêmicos auferiram na linha de tiro, notamos com grande satisfação, um grau sempre crescente de operosidade e mais disciplina na vida escolar” (*Idem.*).

E continua: “a experiência mostra que, tempo em demasia sob o pretexto de estudar mais, gera a ociosidade, faz medrar as paixões, ao passo que, um pouco menos de tempo, porém metodologicamente aproveitado, expulsa a indolência e desperta a consciência do dever. Assim, é que se formam os grandes caracteres... lutando... o adágio inglês: *time is money*, nós brasileiros devemos verter: tempo vale mais que dinheiro” (*Idem.*).

Dessa maneira, o documento justifica nossa análise. Assim, reafirmamos que esse centro educativo fora utilizado como suporte político para atender aos anseios dos poderes constituídos, ora republicanos, ora eclesiásticos. É interessante, nesse momento, discorrermos sobre informações relevantes para essa discussão, bem

como a relação nominal dos primeiros reservistas do Tiro Acadêmico São Bento. Os exames ocorreram aproximadamente entre os dias 15 e 16 de agosto de 1922, com uma comissão que fora escolhido pelo comandante da 6ª Região Militar para constituir a banca examinadora, a qual era composta pelo Capitão Carlos de Barros Barreto, o Primeiro Tenente José Rodrigues da Silva e o Segundo Tenente Armando Bandeira de Moraes.

Identificamos que dezenove atiradores/acadêmicos se submeteram a provas oral, prática e de tiros: José Augusto de Cliveira Gusmão, Luiz Pinheiro Filho, José Agnaldo de Souza, João Maria Collier, Antônio Joaquim Louzeiro, Agnaldo Velloso Borges, Ângelo Varela de Albuquerque, Benedicto Baboza de Souza, Dorgival de Souza Barboza, Edisio Tasso da Costa Cirne, Apollonio Jorge de Farias Salles, João Miguel de Aguiar, José Alves Massa, Jayme de Azevedo Gusmão, Luiz de Souza Monteiro, Manoel da Silva Martins, Oscar Espínola Guedes, Moacyr Fernandes Cartaxo e Paulo Nery Ferreira” (*Idem*).

As práticas vivenciadas no cotidiano escolar, de certa forma, contribuíram para acirrar, cada vez mais, os ânimos entre a Ordem Beneditina e o Estado. Esse último, por meio do Decreto nº 07, de 03 de outubro de 1933, criou a Escola de Agronomia e Medicina Veterinária de Pernambuco. Esse decreto foi revogado, mas, de certa forma, estavam lançadas as raízes para a desapropriação do Engenho e da Escola Superior de São Bento, considerando o contexto histórico-político.

As interpretações de Joseph L. Love & Bert Barickman (2006) enriquecem esse trabalho, ao analisar como esses personagens atuaram como elites. Para os estudiosos, “Pernambuco, o mais importante Estado do Nordeste, talvez seja o que melhor represente os dilemas políticos, sociais e econômicos que sua região, como hoje, colocava para o resto País”. Outras variáveis foram acrescentadas, incluíram a participação em eventos políticos, os atributos sociais, laços com outros Estados, as ligações familiares e os aspectos relativos à geração.

Isso nos faz perceber, e de certa forma nos revela, que a República seria comandada pelos conservadores desde seu início. Contudo, a atitude dos administradores era uma forma de resistência encontrada para sobreviverem a determinadas imposições a eles apresentadas. Também envolvemos nesse processo a continuidade das atividades da Escola Noturna. Mesmo diante das dificuldades, internas e externas, essa funcionou com regularidade, em dias úteis, de 18h às 21h. Além das instruções agropecuárias não foram esquecidas as aulas de catecismo ministradas pelo presidente do Centro, ou seja, uma forma de intervir na opção religiosa dos acadêmicos. Ressaltamos que

não é objeto desse artigo fazer julgamento de valores, porém, não podemos esquecer que esse estudo se volta para instituições de ensino superior, portanto, de poder nas primeiras décadas do Brasil República.

Retomando a discussão que propomos, as despesas com aquisição de livros, cadernos, e outros materiais distribuídos gratuitamente para os alunos ficavam sob responsabilidades da Caixa Escolar. Enfatizamos que havia um descaso da oligarquia rural, com relação à Escola Noturna D. Pedro Roeser. Pensamos que esse fato tinha a ver com a proposta pedagógica vivenciada. Segundo o estatuto, “essa patriótica instituição, pretende difundir as ciências elementares e levantar o nível moral entre trabalhadores rurais. De fato merecia maior apoio. Apenas Dr. João Ignácio de Vasconcellos dela se lembrou, enviando para os alunos 300 exemplares do livro de leituras agrícolas. Por justa homenagem a Escola nomeou Dr. Cabral Diretor Honorário da Escola Noturna” (Sexto Relatório das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento: 1920. *Op. Cit.* 1913–1933).

Além da preocupação com o aprendizado formal dos trabalhadores rurais, de reuniões e conferências, o Centro Acadêmico promovia festas profanas e religiosas com regularidade. Também fundou “o São Bento Football Club, o qual tinha como diretor, o aluno J. Galvão de Mello e como secretário o docente José Maranhão. Assim, a comunidade acadêmica de São Bento de Olinda penetrou em outros espaços, a partir de sua influência, seus pontos de vista, suas disposições ideológicas, suas tendências políticas, suas “artes de saber fazer, de inventar o cotidiano” (*Idem*).

Com as biografias coletivas, conhecemos as propriedades sociais mais requisitadas desse grupo, sua valorização ou desvalorização através do tempo, os atributos culturais, econômicos e sua inscrição nas trajetórias dos indivíduos. Isso nos fez identificar os espaços e os mecanismos do poder nos diferentes públicos. Logo, procuramos dar sentido à ação política, ajudar a compreender a mudança ideológica ou cultural. Dessa forma, explicarmos com precisão a estrutura da sociedade, o grau e a natureza dos movimentos que se deram no seu interior, sobretudo na esfera regional.

A nossa visita a essa história fez-nos perceber que todos os eventos realizados nas Escolas de São Bento de Olinda, sobretudo do Centro Acadêmico de Agricultura e Medicina Veterinária, eram registrados em atas, principalmente as solenidades dos meses de agosto e outubro de 1919. Na primeira, o conferencista Manoel Carneiro Leão falou sobre “a agricultura no Brasil”, bem como, os meios para seu “engrandecimento”. Frisamos que o personagem era sócio “remido” do referido

centro e primeiro agrônomo diplomado pela Escola de Agricultura.

Posterior, no segundo evento, discursou Inácio Barros Barreto com a temática “Vida do campo e a saúde”. Advogado e líder político local, sempre decidiu sobre os destinos da Escola; tinha uma espécie de escritório no Engenho de São Bento. Pensamos que, por esse motivo, esbarramos constantemente com suas filhas circulando nos espaços escolares e despertando paixão nos corações solitários dos acadêmicos. Esse também disponibilizava suas fazendas para experiências e aulas práticas.

Assim, as lembranças do Centro Acadêmico estão presentes em fios de memória compartilhados por outros atores sociais. É difícil encontrar lembranças que nos levem a um momento em que nossas sensações foram apenas os reflexos dos objetos exteriores, no qual não misturávamos nenhuma das imagens, nenhum dos pensamentos que nos prendiam aos homens e aos grupos que nos rodearam.

Ao atribuir à memória uma função social, Bosi refere-se ao papel da lembrança da seguinte maneira “é diamante bruto, que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma (re)apropriação” (Bosi, 1980).

Nas biografias coletivas, o Centro Acadêmico aparece como um lugar de aprendizado, com signos que traduzem várias interpretações, das quais afetividade, dor, alegrias, tristezas, solidão, profissionalismo, compromisso, fé, amor, justiça, saudades, vida e agradecimento para com a instituição escolar. Nesse sentido, pensamos a realidade das Escolas Superiores de São Bento como um universo a ser desvendado, sendo compreensível para os personagens que interagiram cotidianamente no mesmo espaço.

Nessa discussão, a proposta da cultura escolar aproxima-se da interpretação de Michel de Certeau (2008) para quem “as práticas de pessoas comuns, as maneiras de fazer que majoritárias na vida social, não aparecem muitas vezes senão a título de resistência ou da inércia em relação ao desenvolvimento da produção sociocultural, uma ciência prática do singular que faz dos espaços públicos e privados um lugar de vida passível”.

De certa forma, os integrantes do Centro Acadêmico eram “pessoas comuns”, que representaram uma possível condição de exercer a construção do lócus, onde se travaram, por resistência ou não, suas posições. Teceram cultura, na qual construíram valores, comportamentos e significados de uma época vivida. Nessa

perspectiva, a cultura tem representações e expectativas discrepantes e, ao mesmo tempo, convergentes, na qual um grupo compartilhou e construiu socialmente sua história. Dessa maneira, uma nova leitura sobre a trajetória das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento foi percebida, quando transitamos no cotidiano do Centro Acadêmico e discorremos entre aulas, festas, negociações, acordos, enfim, práticas e representações de uma instituição educativa agropecuária, nas primeiras décadas do século XX.

Por fim, evocar as práticas cotidianas do Centro Acadêmico de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento possibilitou-nos ampliar a historiografia local e da história das instituições de ensino superior, sobretudo, da Universidade Federal Rural de Pernambuco por via das representações criadas sobre esses espaços. Com base na realidade analisada, esse estudo proporcionou visibilidade ao papel social desempenhado por esse órgão. Além de se mostrar como um espaço de múltiplas significações, histórias e memórias, dessa maneira, é parte integrante do patrimônio histórico e cultural na trajetória dessa Instituição de Ensino Superior.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Desenvolvemos nossa pesquisa a partir da análise de documentos que compõem os arquivos da Congregação Beneditina de Olinda-PE. O referido espaço oferece uma vasta documentação que rememoram/evocam o evento. Entretanto, tomamos o Livro de Relatórios das Escolas Superiores de São Bento: 1913 a 1922, como fio condutor para realização deste trabalho. No primeiro momento, fizemos um levantamento dos teóricos que trabalham as categorias eleitas no estudo. Em seguida inventariamos a documentação, no sentido de separar o corpus a ser trabalhado. Nesse sentido, a proposta teórico-metodológica de análise desse artigo insere-se no método prosopográfico, que tem por base o estudo das biografias coletivas das elites, orienta-se pela busca das regularidades, dos sinais comuns, dos condicionamentos sociais e culturais na história de homens e coletividades, buscando perscrutar a complexidade do social.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Rememorar a experiência vivenciada pelo Centro Acadêmico das Faculdades de São Bento, nos fez perceber que pesquisar o cotidiano escolar está além de captar “artes de fazer” realizada por professores e alunos, significa um caminho de

investigação pela sondagem “das vias de lucidez e da ação”, o qual permite recuperar aspectos contraditórios e as diversas perspectivas presentes, bem como os múltiplos aspectos sociais e políticos que formaram o contexto mais amplo, a partir do qual pudemos discutir o desempenho de medidas encetadas pelos poderes instituídos.

Foi perceber como professores e alunos se valeram de diferentes táticas para se ajustarem a essa política, reorganizarem o dia-a-dia de suas práticas. Tais invenções do/no cotidiano foram produzindo uma cultura de saberes pedagógicos práticos transformados em representações, os quais significaram, também, uma ação calculada, uma singularidade no uso de regras e produtos impostos que podem levar a possibilidades múltiplas de compreensão. Dessa maneira, tiveram como características suas astúcias em conformidade com as ocasiões, proporcionando uma ligação entre os anseios da Igreja e do Estado, os quais estabeleceram um ideal há muito ansiado, um personagem que dominasse o conhecimento técnico e empírico da agricultura.

Sob esses aspectos, o Centro Acadêmico incorporou projetos que objetivavam dar visibilidade e credibilidade ao novo perfil do trabalhador rural. No discurso, a imagem que se constituiu sobre tais personagens, ao longo da história, era gradativamente superada pelo uso de conhecimento das novas tecnologias adaptadas em conformidade com as exigências do momento, sobretudo, as atividades desenvolvidas pelos médicos veterinários. Consideramos que Pernambuco lançou uma proposta agrícola consistente, o qual tinha perspectivas de proporcionar a região, melhorias econômicas politicamente relacionadas com a nova ordem vigente.

Por fim, face à importância do evento histórico aqui analisado, a rememoração pareceu-nos significativa e relevante para se evitar a perda de seu registro na cultura historiográfica pernambucana e na memória da Universidade Federal Rural de Pernambuco, uma instituição fomentadora de ensino, pesquisa e extensão que, de certa forma, favorece a preservação do patrimônio histórico e cultural local/nacional a partir do papel social que desempenha há quase um século de história.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Jr. D.M. História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru. EDUSC. 2007.

ALMEIDA, M.G.A.A. & CABRAL, F. FACEPE 15 anos. Recife. FACEPE. 2005.

ALMEIDA, M.G.A.A. A construção da verdade autoritária. São Paulo. FFLCH/USP. 2001.

ANDRADE, M.C. História das usinas de açúcar de Pernambuco. Recife. FUNDAJ/Editora Massangana. 1989.

BOSI, E. Memória e sociedade: lembrança de velhos. São Paulo. Cia das Letras. 1998.

CASTELO BRANCO, J.V. Histórias e memórias do Colégio Agrícola de Teresina (1954–1976): formando líderes para a construção do novo e para a implacável destruição do arcaico. Teresina. Universidade Federal do Piauí/UFPI. 2006.

CERTEAU, M. A cultura no plural. Campinas. PAPIRUS. 1995.

CHARTIER, R. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro. Difel. 1990.

EISENBERG, P.L. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840–1910. Rio de Janeiro. Universidade Estadual de Campinas. 1977.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Organização, introdução e revisão de Roberto Machado. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1979–2005.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis. Ed. Vozes. 2002.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. Tradução de SIDOU, Beatriz. São Paulo. Centauro. 2006.

HEINZ, F.M. Por outra história das elites. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2006.

HEINZ, F.M. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896–1930). *Revista Brasileira de História* 29:263. 2009.

LE GOFF, J. História e memória. Campinas. Ed. Unicamp. 1996.

LOVE, J.L. & BARICKMAN, B.J. Elites regionais. In: Heinz, F.M. (Org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2006.

MARTINS, J.S. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo. Contexto. 2000.

PELEGRINI, S.C.A. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2006.

SCOCUGLIA, J.B.C. Sociabilidade, espaço público e cultura: uso contemporâneo do patrimônio na cidade de João Pessoa. (Tese de doutorado). Recife. Universidade Federal de Pernambuco. 2003.

Sexto Relatório das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento: 1920. Arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda. 1913–1922.

SILVA, D.S. Tecendo memórias: linhas e entrelinhas da Universidade Federal Rural de Pernambuco. (Dissertação de Mestrado). Recife. Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2010.

Terceiro e Quarto Relatórios das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento: 1917–1918. Arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda. 1913–1922.